

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 47/2022, em que é recorrente **Emiliano Joaquim Sanches Mendes** e entidade recorrida o **Tribunal de Contas**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 48/2023

(Autos de Amparo 47/2022, Emiliano Joaquim Mendes Sanches v. Tribunal de Contas, Inadmissão por Ausência de Pedido de Reparação)

I. Relatório

1. O Senhor Emiliano Joaquim Sanches Mendes, Comissário da Polícia Nacional, aposentado no cargo de Comandante de Esquadra Policial, depois de notificado do *Acórdão TdC 04/22, de 9 de dezembro*, que julgou procedente o recurso interposto pelo Sr. Procurador Geral Adjunto, vem interpor recurso de amparo, por razões que racionaliza da seguinte forma:

1.1. Quanto à admissibilidade,

1.1.1. Diz que tem legitimidade;

1.1.2. O recurso é tempestivo;

1.1.3. E visa pedir a reparação por violação dos seus “direitos fundamentais”, tendo por finalidade “restabelecer o direito fundamental do recorrente violado por conduta do Ministério Público, (...), que fez com que o TdC baixasse a pensão anual do Recorrente”, requerendo, por isso, “uma melhor apreciação”;

1.1.4. Apesar de a DNAP ter mantido posição de lhe fixar uma pensão anual em 2.225.640\$00, o recurso do MP conduziu a um novo cálculo da mesma. Nesse processo não se considerou que ele teria o direito a aposentar-se como Comandante de Esquadra,

o único cargo que terá desempenhado nos últimos dois anos, sendo o valor inicialmente arbitrado o que faria jus aos esforços feitos para a salvaguarda da Pátria.

1.2. Quanto ao direito,

1.2.1. Entende que a pensão não pode ser encarada como um mero custo económico, pois está estritamente ligada à existência condigna do trabalhador e respetiva família. Tal corte afetaria o princípio da dignidade da pessoa humana, “utilizado como critério interpretativo das normas constitucionais e como revelador de direitos fundamentais não-escritos”, o que seria impeditivo que “o seu *quantum* seja reduzido, de forma inesperada”, colocando em risco a subsistência do Recorrente e do seu núcleo familiar. Por isso, a “redução retributiva da pensão anual do Recorrente ofende [os seus] direitos e princípios fundamentais”, o que, por sua vez, seria diretamente aplicável e vincularia as entidades públicas e privadas.

1.2.2. Diz que o princípio do Estado de Direito corresponde ao princípio geral de direito, que está inscrito em todas as [C]onstituições e consagrado no artigo 7º da DUDH, e que a ordem jurídica cabo-verdiana preserva os direitos dos cidadãos e tem consciência de que a remuneração está estritamente ligada ao bem-estar do recorrente e da sua família, “numa palavra, a uma existência digna”. Por isso, “a redução da pensão anual do recorrente coloca em risco o nível de vida e os compromissos de ordem financeira assumidos pelo Recorrente e respetiva família, violando, gravemente, a garantia a uma existência condigna através da retribuição prevista no artigo 62º da CRCV, onde é aplicável a todo o tipo de contrapartida, simultâneas ou subsequentes, da prestação de trabalho”;

1.2.3. O recorrente preencheria todos os requisitos para ter uma pensão nos termos fixados pela DNAP e publicada no Boletim Oficial;

1.2.4. Por isso, “a decisão que ora se submete para escrutínio desta Corte, deve ser alterada, porquanto, não decidiu sobre a questão de inconstitucionalidade suscitada, limitando-se a ir de acordo” com o mui digno representante do MP e contrariando a Direção Geral da Administração Pública, a qual entende que o recorrente deveria reformar-se com o salário referente ao cargo de Comandante de Esquadra que

desempenhava, e, assim, restringindo os direitos fundamentais do recorrente, com interpretação e aplicação de preceitos legais contrário[s] à Constituição.

1.3. Pede que o recurso seja:

1.3.1. Recebido, conhecido e admitido;

1.3.2. Oficiado o TdC para fazer chegar a esse processo os autos;

1.3.3. Julgado procedente e, em consequência, sejam alterados “os [A]utos de Recurso nº 04/2022 (...)”;

1.3.4. Concedido amparo, restabelecendo-se os seus direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, determinando-se que o recorrente fique a receber a sua retribuição conforme pensão anual de 2.225.640\$00, nos termos fixados pela DNAP.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito, através de peça assinada pelo Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República, formulada, no essencial, a partir da articulação das seguintes considerações:

2.1. O recorrente está provido de legitimidade e não consta que o Tribunal Constitucional tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual;

2.2. Porém, parecendo que atribui responsabilidade ao MP pela alegada violação do seu direito à retribuição, o que claramente não poderia proceder porque não se pode imputar tal conduta decorrente de acórdão proferido pelo coletivo da 3ª Secção do TdC ao MP. “Assim sendo manifestamente o presente recurso carece de pedido de reparação dirigido ao órgão ao qual se imputa a violação”, arrematou.

2.3. Além disso, entende que nem a identificação do objeto do recurso parece “concebível”, nem o amparo parece “concedível”. No primeiro caso, porque “a sindicância da decisão do TdC que julgou procedente um recurso do Ministério Público, alterando-se a base de cálculo da pensão do recorrente, não aparenta constituir objeto de recurso de amparo; no segundo, porque não constaria que “o direito à retribuição”

previsto no artigo 62 da CRCV constituiria direito fundamental reconhecido na Constituição e, por isso, suscetível de recurso de amparo”.

2.4. Pelo exposto, conclui que “não parece haver condições de procedibilidade” “nos termos apresentados pelo recorrente”, atendendo que não estão preenchidos os pressupostos contidos no artigo 16º da Lei do Amparo, mormente o previsto na alínea e) do nº 1.

2.5. Oferece, então, parecer no sentido de que “o recurso de amparo constitucional não preenche os pressupostos de admissibilidade”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 10 de março, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC.

3.1. O julgamento culminou com a adoção do Acórdão 29/2023, de 20 de março, através do qual os juízes conselheiros consideraram que não se conseguiria identificar o ato concreto que contém as condutas que o recorrente pretende impugnar; a explicitação dos direitos, liberdades e garantias que terão sido violados e alertaram para o facto de os remédios desenhados não parecerem congruentes com a situação fáctica descrita pela peça.

3.2. Chamaram a atenção para o facto de o prosseguimento da instância depender de o Tribunal conseguir identificar com o máximo de precisão possível a(s) conduta(s) concreta(s) que o recorrente pretendia que fosse(m) escrutinada(s).

3.3. E decidiram que o recorrente deveria ser notificado para ao abrigo do artigo 17, parágrafo primeiro, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, suprir as deficiências, indicando de forma clara o ato(s) do poder público responsável pela perpetração da alegada lesão; identificando a(s) conduta(s) que pretende que o Tribunal Constitucional escrutine; apresentando os direitos que cada uma das condutas vulnera, e formulando os amparos concretos que almejaria obter deste Coletivo para a reparação dos direitos alegadamente lesados por essas condutas.

3.4. A decisão foi notificada ao recorrente no dia 21 de março, às 16:48, tendo este, na sequência, protocolado uma peça intitulada “Apresentação das condutas que o Recorrente pretende que o Tribunal Constitucional escrutine (...)” no dia 23 de março.

Na qual, depois de considerações de facto e remetendo diretamente ao que interessa, diz que:

3.4.1. O poder público responsável pela perpetração da alegada lesão do direito invocado é o Ministério Público, na medida em que este interveio junto do Tribunal de Contas, solicitando a redução da pensão fixada pela DNAP;

3.4.2. A conduta que pretende que o Tribunal Constitucional escrutine seria o Acórdão TdC 04/2022, que decidiu o contrário do que a DNAP considera que “assiste ao Recorrente” em termos de pensão de reforma;

3.4.3. Tais condutas poriam em causa e violariam os direitos e liberdades e garantias do recorrente de, como trabalhador, usufruir de uma pensão digna de acordo com o último e único cargo que exerceu;

3.4.4. Destarte, pretende ver alterada essa decisão, no sentido de se determinar que seja mantida a retribuição fixada pela DNAP e publicada no Boletim Oficial.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 31 de março, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Mesmo depois da apresentação da peça de aperfeiçoamento, o Tribunal Constitucional continua com dificuldades em entender o que o recorrente pretende porque, por um lado, diz que o poder público responsável pela violação dos seus direitos é o Ministério Público, e, do outro, que a conduta que pretende impugnar é um acórdão do TdC.

1.1. Na medida em que o Ministério Público não prolata acórdãos em nome do TdC em bom rigor não se procedeu ao aperfeiçoamento, conforme determinado pelo Tribunal.

1.2. Neste sentido, é somente com muito boa vontade que o Tribunal Constitucional poderia considerar que através do aperfeiçoamento que promove, o

recorrente logrou apresentar uma conduta viável, direitos que tenham sido violados e os amparos que pretenda obter. No sentido de:

1.2.1. Ter identificado a conduta assente no facto de o acórdão tirado pelo TdC de 8 de dezembro ao reduzir o valor da pensão que tinha sido fixado pela DNAP e publicado no Boletim Oficial,

1.2.2. Ter dito que foi violado o direito à retribuição e à pensão justa;

1.2.3. Ter explicitado que pretendia obter amparo de reforma da decisão no sentido de alteração do valor anual da pensão para o que havia sido fixado pela DNAP e publicado no Boletim Oficial.

2. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, ressaltando-se que:

2.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

2.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arrogue ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pela conduta impugnada, já que visado num processo que culminou com uma decisão de redução do valor da pensão anual que lhe foi atribuída, possui legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão nº 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

2.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a

reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

2.3.1. No caso em análise, o recorrente impugna o *Acórdão TdC* tirado nos Autos de Recurso nº 4/2022, datado de 8 de dezembro de 2022;

2.3.2. Mesmo o recorrente não cumprindo o ónus de juntar a certidão de notificação, considerando que o recurso de amparo deu entrada na secretaria do Tribunal Constitucional no dia 29 do mesmo mês, independentemente da data em que a decisão recorrida lhe tenha sido comunicada, a tempestividade do mesmo é evidente.

3. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnam normas (*Acórdão nº 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco*

dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão nº 29/2019 e Acórdão nº 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

3.1. No caso concreto, os recorrentes impugnam aparentemente a conduta de o Acórdão TdC de 8 de dezembro ter reduzido o valor anual da sua pensão que tinha sido fixada pela DNAP e publicada no Boletim Oficial,

3.2. Dando-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

4. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

4.1. Neste particular, invoca o direito à retribuição e à pensão justa que remete para o artigo 62 da Constituição da República.

4.2. Porém, nem é líquido que seja titular de tal direito, nem que esse direito seja amparável.

4.2.1. Primeiro, porque o que dispõe o artigo 62 é que “os trabalhadores têm direito a justa retribuição”, não sendo absolutamente líquido que isso se estenda aos aposentados também, cujas posições jurídicas são protegidas pelo artigo 70, nos termos do qual “[t]odos têm direito à segurança social para a sua proteção (...) na velhice”.

4.2.2. Segundo, sendo assim, a base constitucional na qual o recorrente se escuda, ainda que não leve a situação de impossibilidade de tutela não permite reconduzir a um direito, liberdade e garantia ou qualquer direito análogo amparável.

4.2.3. Por conseguinte, é muito duvidoso que se esteja defronte de direito que se possa fazer valer através de um recurso de amparo.

4.3. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida. E, neste particular, a única conduta que se pode considerar pode ter sido praticada pelo Egrégio Tribunal de Contas.

5. Um pedido de amparo de alteração da decisão no sentido de alteração do valor anual da pensão, conforme havia sido fixada pela DNAP e publicada no Boletim Oficial, não é integralmente congruente com a Lei do Amparo e do *Habeas Data*, mas não deixa de ser inteligível, no sentido de, no limite, permitir que se entenda o que pretende obter como remédio caso se determine a existência de violação de direito.

6. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

6.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação,

nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

6.1.1. Neste particular, apesar de não se ter mostrado muito lesto na defesa dos seus interesses quando não reagiu ao recurso do Ministério Público no sentido da impugnação do visto que lhe havia sido apostado antes no TdC,

6.1.2. O facto é que depois da prolação da decisão de 8 de dezembro, aparentemente quis trazer a sua inconformação ao Tribunal Constitucional, ainda que fique pendente a questão de se saber se não caberia diligência preliminar junto a esse Alto Tribunal antes de se recorrer em amparo, aspeto que será enfrentado mais à frente.

6.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

6.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca qualquer mecanismo que seja idóneo a assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ele pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, esta possa revogar a sua própria decisão.

6.2.2. Na situação concreta que temos em mãos, haveria que se verificar se da decisão da 3ª Secção do Tribunal de Contas ainda caberia algum recurso ou meio de impugnação que pudesse garantir a tutela do direito reclamado pelo recorrente. E neste particular, da lei de processo aplicável, resulta claro que não cabia recurso ordinário da decisão impugnada desse órgão do Alto Tribunal. Ademais, nem seria muito evidente caber qualquer incidente pós-decisório eficaz para impugnar a decisão a partir da remissão do artigo 88, alínea b), da Lei de Organização, Composição, Competência e

Funcionamento do TdC para o Código de Processo Civil ou iniciativa para efeitos de julgamento em Plenário nos termos do artigo 112 do mesmo diploma.

6.3. Dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão nº 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto, para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantir a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

6.3.1. Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último órgão da cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

6.3.2. Por conseguinte, era exigência incontornável que pedido de reparação se seguisse a esse ato judicial na sequência da sua notificação ao recorrente. Porém, tendo o mesmo recebido a notificação da decisão a seguir à sua prolação não alega, nem se depreende dos autos, que tenha pedido reparação.

6.3.3. Destarte, não parece a este Tribunal que o pressuposto especial de pedido de reparação foi cumprido pelo recorrente, inabilitando esta Corte Constitucional a conhecer a questão no mérito (*Acórdão 14/2018, de 28 de junho, Edmir de Barros e Outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, de 20 de julho de 2018, d); *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Edmir Smedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, d); *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, d); *Acórdão 21/2019, de 27 de junho de 2019, Edgar Silva v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 25/2019, de 1 de agosto, Eder Yanick v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 26 de setembro de 2019, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 47/2019, de 31 de dezembro, Admilson Tavares e Jeremias Montrond v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, de 4 de fevereiro de 2020, d); *Acórdão 04/2020, de 14 de fevereiro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 3 de março de 2020, d); *Acórdão 07/2020, de 6 de março, Sanou Moussa v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no

Boletim Oficial, I Série, N. 86, de 23 de julho de 2020, d); *Acórdão 26/2022, de 24 de junho, Anilton Vieira e Leocádio da Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, de 28 de setembro de 2022, d)).

7. Como se tem considerado em outras ocasiões, a ausência de uma das condições de recorribilidade é suficiente para conduzir à inadmissão do recurso, ficando sem efeito útil qualquer inquérito sobre a presença ou não das causas especiais de inadmissão previstas pelo artigo 16, alínea e) e f), da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 5 de abril de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 5 de abril de 2023.

O Secretário,

João Borges